RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quarta-Feira, 18 de Novembro de 2026

Mais de 200 instituições financeiras seguem enviar dados do PIX à Receita Federal

RECUO DO GOVERNO

g1

Com o recuo do governo nas regras de fiscalização do PIX, mais de 200 instituições financeiras continuarão sem a obrigatoriedade de ter de enviar os dados da movimentação financeira dos seus clientes à Receita Federal.

São as "fintechs" e as instituições de pagamentos que operam no PIX. Elas estão listadas no site do Banco Central.

Entenda

A mudança da regras anunciada no começo do ano pelo governo **obrigava todas empresas financeiras, passando a englobar as "fintechs" e as instituições de pagamento**, a enviar os dados do PIX ao Fisco para valores globais acima de R$ 5 mil (pessoas físicas) e R$ 15 mil (empresas) por mês.

Entretanto, **com a decisão de revogar a ampliação da fiscalização** diante de fake news e pressão nas redes sociais, essas empresas ("fintechs" e instituições de pagamento) não precisarão mais repassar os dados do PIX, e também de cartões de crédito, ao governo.

As "fintechs", que reúnem milhões de clientes, são empresas que oferecem produtos financeiros inovadores, como novos meios de pagamento e cartões de crédito.

As instituições de pagamento (IP) são empresas que viabilizam compra, venda e movimentação de recursos, mas não oferecem empréstimos e financiamentos a seus clientes.

Varejistas de grande porte, bancos virtuais, carteiras digitais e as "maquininhas", entre outros, são alguns exemplos de "fintechs" e instituições de pagamento.

Entre as instituições de pagamento e as "fintechs", estão empresas como o Mercado Pago, o Nubank, o PagSeguro, a PicPay e a Shopee.

Os grandes bancos continuarão obrigados a repassar as informações.

De acordo com interlocutores do governo, embora não haja obrigatoriedade das "fintechs" e das instituições de pagamento fornecerem à Receita Federal dados sobre a movimentação financeira dos contribuintes, boa parte das empresas já presta essas informações.

Limites menores

Com o recuo do governo, os limites anteriores de envio das movimentações financeiras (incluindo PIX e cartão de crédito) também serão retomados.

Eles valem normalmente para os grandes bancos. São eles:

* superior a R$ 2 mil, para pessoas físicas;
* superior a R$ 6 mil, para empresas.

Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também editou uma medida provisória que define que transferências financeiras via PIX não podem ser tributadas ou sobretaxadas.

Pequeno empreendedor

Segundo o presidente do Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva, o objetivo do governo, com a ampliação da fiscalização, era buscar dados sobre contribuintes que que não tinham acesso aos bancos tradicionais, mas que passaram a ter contas para vender seus produtos. Estes optaram, em sua maioria, pelas instituições de pagamento, que ofertam as maquininhas, por exemplo.

"Esse pequeno, embora esteja irregular e deva ir para o MEI [microempreendedor individual], não precisa perder o sono. Provavelmente, a Receita não vai atrás. Vai olhar só os casos mais relevantes (...) Ele não se deve misturar sua vida pessoal com sua vida de empreendedor, tem que ter uma conta e PIX próprio pessoal e outro para a empresa. E não emprestar a conta corrente para alguém fazer depósito, assim como não deve emprestar cartão de crédito", disse Mauro Silva, do Unafisco.

Em entrevista ao g1, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, negou que as mudanças na fiscalização das movimentações financeiras, incluindo o PIX, **já revogadas**, teriam por objetivo autuar os pequenos empresários do país.

"É exatamente o contrário, a gente não tem nem condição de fiscalizar dezenas de milhões de pessoas que movimentam valores baixos. A gente quer é automatizar isso para poder melhor orientar esse tipo de contribuinte a se regularizar, por exemplo. Se a pessoa não tem uma empresa aberta, ela pode abrir um MEI, alguma coisa assim. Mas não tem nem sentido a Receita Federal ir para a fiscalização repressiva nesses casos", disse o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, na semana passada.